

Em defesa da Ação Católica: Plínio Corrêa de Oliveira, um baluarte da tradição

Rodrigo Coppe Caldeira¹

Resumo: Plínio Corrêa de Oliveira é uma das personagens mais atuantes e polêmicas do catolicismo brasileiro contemporâneo. Sua atuação se deu principalmente entre as décadas de 1930 e 1980. Assinalado por um ideal católico antimoderno e integrista, advindo especialmente da luta contrarrevolucionária do final do século XIX e início do XX, lutou contra qualquer tipo de distinção entre a Igreja católica romana e a modernidade, contra qualquer inovação filosófica e teológica. Sistematizou, em duas representativas obras – *Revolução e Contra-Revolução* (1959) e *Em defesa da Ação Católica* (1943) –, o que se pode chamar de “ultramontanismo brasileiro” em seus variados aspectos. Esta análise se deterá sobre a obra publicada em 1943 evidenciando a constituição de um tradicionalismo particular pelo pensamento pliniano.

Palavras-chave: Plínio Corrêa de Oliveira. Ação Católica. Conservadorismo católico

In defense of the Catholic Action: Plínio Corrêa de Oliveira, a beacon of tradition

Abstract: Plínio Corrêa de Oliveira is one of the most active and polemical figures of Brazilian contemporary Catholicism. He worked mostly between the 1930s and the 1980s. Under the influence of an anti-modernist integrist Catholic ideal, resulting mainly from the counter-revolutionary struggle of the late 19th and early 20th centuries, he fought against any sort of distinction between the Roman Catholic Church and modernity, against any philosophical and theological innovation. He systematized, in two significant works – *Revolution and Counter-Revolution* (1959) and *In defense of Catholic Action* (1943) –, what one may call “Brazilian ultramontanist” in its many aspects. The following analysis shall focus on the work published in 1943 stressing the constitution of a particular traditionalism according to Plínio’s thought.

Key words: Plínio Corrêa de Oliveira. Catholic action. Catholic conservatism

Recebido em 15/01/2013 - Aprovado em 30/03/2013

Com o surgimento da época moderna, despontaram vários movimentos que desafiaram o paradigma até então hegemônico no Ocidente europeu.² Esse paradigma estava estritamente ligado à supraordenação possibilitada pelo discurso religioso totalizante da Igreja Católica. Como consequência, foi ela quem mais sentiu o abalo durante o percurso de surgimento e consolação do projeto de modernidade. Tanto pelo

¹ Historiador, Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente é professor da PUC Minas. Este ensaio é uma parte modificada de dissertação de mestrado, defendida em 2005.

² Os movimentos da Reforma Protestante, Iluminismo e Revolução Francesa são considerados recorridamente pela historiografia como aqueles que engendraram a modernidade.

seu viés institucional – sendo subtraída do poder político, com o princípio liberal da separação da Igreja do Estado³ –, quanto pelo viés espiritual, pois aquele mundo também abalava as certezas da fé⁴ –, a Igreja deparou-se, e depara-se, com um mundo cheio de novos desafios.

Em vista desse percurso e visando defender-se frente aos movimentos desagregadores, a Igreja Católica que despontou no início do século XX caracterizou-se, principalmente, por sua incisiva centralização. Esse processo centralizador sucedeu-se durante todo o século XIX, caracterizando-se por luta pela manutenção do poder temporal e pela tentativa de barrar o influxo das ideias modernas no campo teológico católico.⁵

A instituição eclesiástica romana estendeu sua atenção por todos os lados, a fim de trazer para mais perto de seu controle as igrejas locais, refletindo, assim, sua perspectiva ultramontana⁶ nessas igrejas. O processo centralizador da Igreja Católica não demorou a se fazer sentir no Brasil.⁷ Saída de um regime no qual a instituição religiosa era servidora de um Estado regalista e marcada por todos os tipos de desvirtuamentos, a Igreja brasileira estava em busca de liberdade. Submetida há séculos pelo regime do padroado português, tornou-se livre num Estado de inspiração liberal.

Entretanto, com a proclamação de um Estado laico pela Carta Constitucional, as altas esferas eclesiásticas viram a necessidade de recatolicizar o Estado, buscando influenciar as decisões políticas por meio da formação de uma elite intelectual católica. O despontar da figura de Plínio Corrêa de Oliveira como um importante líder católico deu-

³ Sobre o Estado no pensamento católico, veja: ROMMEN, 1967.

⁴ Veja, sobre a crise modernista: POULAT, 1962.

⁵ Pio IX, com o *Syllabus errorum modernorum* (1864), representa a primeira; Pio X e sua encíclica *Pascendi dominici gregis* (1907) a segunda.

⁶ O termo ultramontanismo vem designar certo tipo de sensibilidade católica. Sabe-se que o momento posterior à Revolução Francesa levou a uma divisão entre os católicos: aqueles que buscavam transigir com os valores modernos e aqueles que viam nada mais que perdição no mundo que nascia então. Dessa forma, os católicos que defendiam um diálogo com o mundo e sua nova configuração política foram denominados de católicos liberais e aqueles que defendiam uma atitude de defesa e, em um segundo momento, de ataque frente à modernidade, desejando recristianizá-la, foram chamados de ultramontanos, aqueles que estão além-Alpes, estão com Roma em todas as suas decisões.

⁷ No Brasil esse processo foi chamado pelos estudiosos de *romanização*. “Para Bastide, o conceito de ‘romanização’ (embora use a expressão ‘igreja romanizada’) consiste em: 1) a afirmação da autoridade da igreja institucional e hierárquica (episcopal) estendendo-se sobre todas as variações populares de catolicismo *folk*; 2) o levante reformista do episcopado, em meados do século XIX, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; 3) a dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros (europeus), principalmente das Congregações e Ordens missionários, para realizar ‘a transição do catolicismo colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral’; 4) a busca destes objetivos, independentemente e mesmo contra os interesses políticos locais” (BASTIDE apud DELLA CAVA, 1976).

se nesse contexto.⁸ Plínio e o grupo que se formou em torno de si encarnaram radicalmente o projeto da cúpula eclesiástica⁹ e desenvolveram durante décadas um caminho bem particular na história da Igreja no Brasil e que terá a sua cristalização com a fundação pelo líder católico da Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) em 1960.

Depois de anos à frente do movimento católico brasileiro¹⁰ e cada vez mais imbuído do pensamento ultramontano, Plínio Corrêa de Oliveira convencia-se de que exercia um papel importante na defesa da Igreja de Roma e sua doutrina. Desse modo, sistematizou em duas valiosas e representativas obras do que se pode chamar de ultramontanismo brasileiro os variados aspectos de seu pensamento anterior: *Em defesa da Ação Católica* (1943) e *Revolução e contrarrevolução* (1959).

No *Em defesa da Ação Católica* procurou demonstrar as influências de um certo modo de ser da Ação Católica,¹¹ que, para Plínio, não condizia com os documentos pontifícios que versavam sobre o tema e os objetivos originais que a instituição deveria prezar. Plínio assim lançou nessa obra as premissas que deveriam direcioná-la, sobretudo

⁸ A obra de Roberto de Mattei, *O cruzado do século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*, é a que fornece a maioria dos dados sobre a vida de Plínio. Obra de envergadura e rica em informações, Mattei (1997) desenvolve seu estudo com rigor metodológico. Contudo, em alguns momentos, resvalando na apologia do líder católico, perigo iminente em estudos biográficos (PEREIRA, 2002).

⁹ Grande parte dos bispos do Brasil procurou desenvolver, a partir do início do século XX, uma pastoral que buscasse inserir os valores cristãos no século, não desejando e combatendo, como a Igreja europeia e alguns de seus pensadores, pela restauração da situação na qual o trono estava de braços dados com o altar. Se, por um lado, parte da hierarquia católica brasileira sentia-se feliz, visto a liberdade que passaram a usufruir com a proclamação da república, por outro, sentia-se ameaçada e colocada para fora da cena pública, já que com o início do novo regime, assegurou-se a separação entre a Igreja e o Estado. Em vista dessa situação, a Igreja passou a despendar suas forças na reconquista de um lugar político de destaque, buscando desenvolver novas formas de influir no espectro público. Da proclamação até a década de 1930, a instituição desenvolveu estratégias políticas e reformas em vários âmbitos a fim de aproximar-se das esferas estatais de poder. Desde a separação da Igreja e do Estado em 1891 até a metade da década de 1910, a instituição eclesiástica pautou-se pelo desenvolvimento interno. Já entre 1916 e 1945 diversos líderes católicos tentaram imprimir essa reação e, incentivados pela hierarquia, envolveram-se no jogo político a fim de fazer dos ideais dos católicos os ideais da nação brasileira. Um dos momentos principais que marcam o início dessa segunda fase foi a da promulgação da carta pastoral de Dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda e Recife em 1916.

¹⁰ Plínio atuou à frente das Congregações Marianas de São Paulo, participou do Centro Dom Vital, escrevendo na revista *A Ordem* na década de 1920, da LEC (Liga Eleitoral Católica), e fundou a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade em 1960. Sobre a revista *A Ordem* e seu núcleo, cf.: DIAS, 1996; RODRIGUES, 2005.

¹¹ Desde o início do século XX, os pontificados estimulavam a criação de associações de leigos. Esse estímulo foi oficializado pela encíclica de Pio XI *Ubi arcano Dei* (1922). Dessa forma, “Pio XI sugeria a instalação de um movimento mundial com ramificações em vários países (...) cuja tarefa seria evangelizar as nações, como uma ‘extensão do braço da hierarquia eclesiástica’” (FLAKSMAN; KORNIS, 1984, p. 511). Todas as organizações católicas deveriam submeter-se a uma única orientação e coordenação. A orientação única que deveria ser impressa em todas as associações de leigos criou várias indisposições. O relacionamento da ACB, por exemplo, com as congregações marianas, que estavam bem organizadas e espalhadas por todo o país, com as conferências vicentinas, entre outras, não foi sempre pacífico (cf. BEOZZO, 1984).

a diversidade de erros que porventura estavam infiltrando na organização. Pela sua defesa intransigente dos valores “imutáveis” do catolicismo, o autor e o mensário *Catolicismo* viveram inúmeras espécies de conflitos e polêmicas com outros intelectuais católicos que defendiam maior abertura por parte da Igreja frente aos novos desafios colocados pela modernidade ao mundo e a sua pastoral. Este texto objetiva abordar os principais pontos dessa famosa obra e uma dessas polêmicas que marcaram o catolicismo brasileiro nas décadas de 1940 e 1950.

Em defesa da ação católica

Plínio Corrêa de Oliveira acreditava que o catolicismo brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1930, foi pouco a pouco sendo influenciado por ideias que, para ele, não coincidiam com a sã doutrina e a ortodoxia católica. Desde 1938, denunciava com tom voraz, por meio das páginas do jornal *O Legionário*,¹² elementos que, acreditava, infectavam o catolicismo brasileiro: as ideias de católicos que buscavam empreender um diálogo entre a Igreja e a modernidade. Católicos que nomeava como progressistas e que refletiam no Brasil ideias daqueles pensadores recorridamente condenados pela hierarquia católica durante o século XIX e início do XX.¹³

Desde aqueles anos, Plínio caminhou para a sistematização de suas reflexões sobre o que vinha ocorrendo no catolicismo brasileiro, resultando, assim, na polêmica obra *Em defesa da Ação Católica*. Esse estudo foi publicado em março de 1943 e era prefaciado pelo núncio apostólico brasileiro Dom Bento Aloisi Masella, com o *imprimatur* do arcebispo de São Paulo Dom José Gaspar. Em 1949, a edição do livro passou a contar, além das referidas corroborações eclesásticas, com uma carta da Secretaria de Estado da Santa Sé, assinada pelo futuro papa Paulo VI, Cardeal Montini.¹⁴

¹² O jornal era editado pela Congregação Mariana da Legião de São Pedro, anexada à paróquia de Santa Cecília. É em torno dele que se congregarão aqueles que fundarão, com Plínio, em 1960 a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP.

¹³ Da seguinte maneira Plínio, em um de seus livros, versava sobre o que chamava de progressismo: “o progressismo – tomado o termo em seu uso corrente – é um movimento religioso. Comporta ele vários matizes, desde os mais iniciais e limitados em sua frente de contestação contra a tradição e estrutura católicas, até os mais arrojados e radicais (...) lembremos que o progressismo visa realizar na sociedade espiritual reformas de sentido muito análogas às que o esquerdismo tem por meta na sociedade temporal. Isso explica os pontos de convergência existentes entre progressistas católicos e esquerdistas católicos” (OLIVEIRA, 1976, p. 51).

¹⁴ Assim diz o texto da carta: “Preclaro Senhor, levado por tua dedicação e piedade filial ofereceste ao Santo Padre o livro *Em defesa da Ação Católica*, em cujo trabalho revelaste aprimorado cuidado e aturada diligência. Sua Santidade regozija-se contigo porque explanaste e defendeste com penetração e clareza a Ação Católica, da qual possuis um conhecimento completo, e à qual tens em grande apreço, de tal modo que se tornou claro para todos quão importante é estudar e promover tal forma auxiliar do apostolado hierárquico. O Augusto pontífice de todo o coração faz votos que deste teu trabalho resultem ricos e sazonados feitos, e colhas não pequenas nem poucas consolações. E como penhor de que assim seja, te concede a Benção Apostólica.

De acordo com Plínio,

o livro despertou frenética indignação nos círculos em que se incubavam os erros nele denunciados. E causou um generalizado sobressalto na grande maioria sonolenta que pela ingenuidade de uns e pela modorra de outros preferia que tais problemas não viessem à luz do dia, à espera de que eles se resolvessem por si mesmos, nas penumbras das sacristias e nos vastos meandros do movimento católico. (OLIVEIRA, 1976, p. 48)

Na obra *Em defesa da Ação Católica*, o autor já esboçava sua percepção marcadamente ultramontana da história da Igreja e da modernidade. Exclamava que, por meio da leitura dos documentos pontifícios de 200 anos atrás até a publicação do livro, era possível perceber referências constantes a “uma desagregação social catastrófica, que implicaria desarticulação e destruição de todos os valores de nossa civilização”, (OLIVEIRA, 1943, p. 12) ou seja, da cristandade. Plínio cita a Revolução Francesa como “agitação devoradora e progressiva”, momento sobre o qual “Pio XI dizia já ser tempo de se perguntar se esta aflição universal não pressagiava a vinda do Filho da Iniquidade”. (OLIVEIRA, 1943, p. 12)

O líder do *O Legionário* via a instituição da Ação Católica como o “grande remédio” para tantos males do mundo moderno, pois ela apontava para o “único meio de salvação”. (OLIVEIRA, 1943, p. 13) Entretanto, acreditava que vários “entusiasmos se manifestassem de modo menos equilibrado do que fora de desejar”, o que “concorreu para desviar para o campo dos erros já condenados pela encíclica *Pascendi* e pela encíclica contra o *Le Sillon* tanto espíritos animados das mais louváveis intenções”. (OLIVEIRA, 1943, p. 13) Os erros, de acordo com Plínio, teriam se disseminado por vários campos da Ação Católica. Na vida espiritual,

a fuga das ocasiões de pecado, a mortificação dos sentidos, o exame de consciência, os Exercícios Espirituais passaram a não ser compreendidos devidamente; [quanto ao apostolado,] dir-se-ia que o respeito humano, que nos leva à verdade, a adocicá-la, a fugir de qualquer luta e de qualquer discussão, passou a ser a fonte inspiradora de uma nova estratégia apostólica, a única a ter curso oficial na Ação Católica, formando-se um

Entretantes, com a devida consideração, me declaro teu muito devoto, (a) J. B. Montini, Substituto”. Em relação aos referidos apoios eclesiais, Dom Isnard assim polemiza: “contou-me D. Marcos Marcondes Pedrosa O.S.B., de São Paulo, como foi obtido esse prefácio: o Núncio não lera o livro, não tomara conhecimento de seu conteúdo e agira confiando no *imprimatur* dado por... Mons. Castro Mayer”. “Nota-se que o *imprimatur* não foi dado pelo Arcebispo D. José Gaspar diretamente, mas, ‘de mandato Ecmi. ac Revmi DD. Archiepiscopo Metropolitan’; foi dado por Mons. Castro Mayer, com data de 25-3-1943! (...) Quem redigiu o texto do prefácio também não foi o Núncio, mas o Pe. César Dainese, S.J., de *Estrela do Mar* [jornal mariano que defendia ideias semelhantes às de Plínio]! O Núncio apenas assinou!” (SILVA, 1983, p. 175).

espírito de concessão ilimitada diante do surto das novas modas e novos costumes; [quanto à disciplina,] exageros cuja consequência sistemática é o alijamento da influência do Padre na Ação Católica. (OLIVEIRA, 1943, p. 13)

O livro foi dividido em cinco partes e buscava refutar os erros que o líder ultramontano acreditava estar se disseminando no interior da instituição católica.

Na primeira delas, Plínio discute a natureza jurídica da Ação Católica, ou seja, a que prestava e como se davam as relações das diversas associações católicas atuantes, constatando que a Ação Católica não apresentava mandato especial do papa e que todas as associações não eram essencialmente diferentes entre si e nem estavam desobrigadas da submissão do clero. Na segunda parte, Plínio demonstra que os erros cometidos por alguns elementos da Ação Católica eram já condenados como modernistas, que resultavam em divisões, contrapondo a Ação Católica a outras organizações católicas já existentes no Brasil. Na terceira parte, dedica-se a analisar os problemas internos da Ação Católica relativos à liturgia, espiritualidade e métodos de apostolado. No quarto momento, aponta para práticas equivocadas de apostolado que buscavam moldar as verdades católicas e suas condenações frente ao mundo a fim de conquistar mais fiéis e popularidade. Na quinta e última parte, o ultramontano traz várias citações do Novo Testamento, buscando, por meio delas, legitimar e defender suas posições.

O que é patente na leitura de *Em defesa da Ação Católica* é a preocupação constante de Plínio em assegurar a autoridade eclesiástica e a diferença entre hierarquia e laicato. Plínio preocupa-se especialmente com as forças que estariam levando a um nivelamento dessas duas esferas, isto é, forças que buscassem democratizar a Igreja. Desse modo, para fundamentar suas argumentações, cita em várias passagens documentos pontifícios do século XIX e início do XX.

O autor escreveu vários artigos referentes às linhas de atuação da Ação Católica antes mesmo da publicação do livro. Num deles, defendia uma acurada seleção dos participantes do movimento. Acreditava que a Ação Católica deveria ser “uma arregimentação de católicos de escolta em cujas fileiras não se encontrem senão elementos cuidadosamente selecionados”. (LIMA, 1984, p. 90) A preocupação da seleção dos membros das associações católicas baseava-se no medo de que elas fossem permeadas por ideias políticas que não condissessem com a doutrina católica em sua plena ortodoxia, principalmente em relação ao comunismo. A pureza das ideias que circulavam pelo movimento e a formação dos leigos participantes eram as preocupações mais caras do líder do grupo do *O Legionário*.

Como afirma Beozzo, “a Ação Católica veiculava o mais das vezes uma nova espiritualidade, um novo espírito litúrgico, uma militância que provocava retraimento e

críticas dos grupos mais tradicionais”. (BEOZZO, 1984, p. 273)¹⁵ Esse fato levava Plínio à dura reação. O leigo pregava que a atuação da Ação Católica deveria estar em harmonia com as outras associações católicas, indo de encontro às vozes que acreditavam que ela tinha um papel diferente daquelas. Assim dizia: “(...) faz parte desse messianismo a afirmação mais ou menos velada de que o espírito que as Congregações Marianas devem em tese ministrar a seus filiados é um espírito incompatível com o que deve ter um membro da Ação Católica. Há nisto um erro.” (LIMA, 1984, p. 93)

Outro ponto que Plínio relutava no movimento era o que dizia respeito ao apostolado de infiltração, ou seja, como o católico deveria viver sua fé no mundo. O ultramontano defendia que o verdadeiro católico necessitaria de acentuar sua ruptura com as ideias modernas. Desse modo, o paradigma de apostolado proclamado pelo líder era o praticado anteriormente por Jackson de Figueiredo,¹⁶ apostolado marcado pela reação: “(...) reação contra a democracia liberal, reação contra o indiferentismo religioso, reação contra o catolicismo desfibrado, nominal, não doutrinal dos brasileiros, a que Julio Maria e Dom Sebastião Leme fizeram críticas severas”. (NOGUEIRA, 1976, p. 2)

Plínio também criticava a tendência que, segundo ele, buscava diminuir o papel desempenhado pelos sacerdotes na Ação Católica. Assim assegurava:

(...) quem ousaria negar esse espírito hoje morto na maior parte das irmandades renasce em certas concepções acerca da situação do assistente eclesiástico na Ação Católica? Alguns entendem que o assistente tem apenas um direito de veto puramente doutrinário. Caso nada se diga ou se resolva contra a doutrina católica, seu papel é calar-se respeitosamente. Outros lhe concedem o direito de voto também nas outras questões. Mas um simples voto individual, que pode ser derrotado pela maioria. São os mais generosos, os mais indulgentes, em uma palavra os mais clericais (...). (LIMA, 1984, p. 94)

Nessa passagem, é possível visualizar a preocupação que permeia todo o pensamento ultramontano e, conseqüentemente, a obra *Em defesa da Ação Católica*: a autoridade instituída, principalmente a autoridade eclesiástica.

Plínio demonstrava sua reverência aos pontificados do século XIX e ao seu projeto ultramontano ao enxergar em diretrizes da Ação Católica uma “ressurreição do

¹⁵ É interessante notar que desde o início do século XX vinham-se desenvolvendo vários movimentos de abertura na Igreja Católica, como os movimentos bíblico, litúrgico, teológico, laical. Essas novas orientações irão repercutir especialmente no Concílio Vaticano II (1962-1965) e terão como principais inimigos os bispos que há anos relacionavam com Plínio Corrêa de Oliveira: Dom Geraldo de Proença Sigaud e Dom Antônio de Castro Mayer.

¹⁶ Pode-se afirmar que o catolicismo ultramontano presente no laicato brasileiro tem na figura de Jackson de Figueiredo e seu movimento seu ponto inicial. Para maior esclarecimento sobre a figura de Figueiredo, ver: IGLÉSIAS, 1981; NOGUEIRA, 1976.

liberalismo religioso atrás do qual se escondia o ‘espírito maçônico’, liberal e ‘bonacheirão’ que pretendia ‘apossar-se da direção do movimento católico’”. (LIMA, 1984, p. 94) Se esse movimento se tornasse assim, com ele não era mais possível transigência.

Em vários artigos posteriores, o líder católico discutia a questão da tolerância. Num deles exclamava: “(...) só há tolerância na anomalia, e proclamar a necessidade de muita tolerância é afirmar a existência de muita anomalia”. (OLIVEIRA, 1957) Em referência aos católicos que pregavam a tolerância, dizia: “Em linhas gerais, é este o católico da ‘terceira força’ (...) quando trata com os que professam doutrinas veladas ou abertamente erradas, os católicos da ‘terceira força’ são ‘moderantistas’. Mas sempre que se defrontam com os que lutam pela pureza absoluta da doutrina ele ataca...” (OLIVEIRA, 1954a) Afirmava, ainda, fazendo alusões a condenações de intelectuais católicos pelo Santo Ofício, que “sempre que se trata de afastar alguém de um cargo ou situação em que sua influência poderia ser perigosa, o moderantismo está em desacordo. É que seria faltar com a caridade (...)” (OLIVEIRA, 1954b, p. 86) O líder ultramontano percebia esses católicos como vítimas da ideia de moderação, que, segundo ele, alastrava-se pelo Ocidente moderno:

É a era dos moderados, isto é, dos jornalistas que prognosticam a próxima solução de todos os problemas, dos pensadores sorridentes que amortececem com dextreza (sic) as polemicas encontrando “meios termos” hábeis entre as opiniões extremadas (...). [Da seguinte forma via o mal da tolerância e da moderação:] O que o hipermoderantismo tem de característico, é que leva praticamente a uma posição de “terceira força” entre a verdade e o erro, o bem e o mal. Se num extremo está a Cidade de Deus, cujos filhos procuram difundir por todas as formas o bem e a verdade, se no outro extremo está a Cidade do Demônio, cujos soldados procuram difundir o erro e o mal sob todas as suas formas, é claro que a luta entre estas duas Cidades é inevitável. Pois duas forças agindo num mesmo campo em sentidos opostos têm de se combater necessariamente. De onde não pode haver uma difusão da verdade e do bem que não implique num combate ao erro e ao mal, e ainda aos fautores do erro e do mal. (OLIVEIRA, 1954b)

Plínio também caracterizou essa onda moderantista com o termo “heresia branca”. Essa seria “uma atitude sentimental que se manifesta sobretudo em certo tipo de piedade adocicada e uma posição doutrinária relativista que procurava justificar-se sob o pretexto de uma pretensa ‘caridade’ para com o próximo”. (MATTEI, 1997, p. 135)

Como presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica de São Paulo, Plínio afirmava que a orientação correta dada ao movimento era a que provinha de sua Junta, citando, para legitimar suas afirmações, textos recheados de afirmações de Pio XII, o apoio do arcebispo de São Paulo e do assistente geral da Ação Católica Dom Antonio de

Castro Mayer. Desse modo, Plínio “não hesitava em condenar os ‘católicos mornos’ que se irritavam com o ‘radicalismo na verdade’ do *Legionário*”. (LIMA, 1984, p. 96) Mas do que Plínio queria defender a Ação Católica? Contra quais forças e ideias ele levantava muralhas e construía trincheiras?

Várias disputas ocorreram no interior da Ação Católica Brasileira na sua primeira década de vida. Plínio, de um lado, apontava uma orientação para o movimento marcado pelo pensamento ultramontano e, como figura de destaque do laicato paulista, buscava a toda força que sua orientação fosse hegemônica nacionalmente. Do outro lado, estava Alceu Amoroso Lima, ou Tristão de Ataíde (pseudônimo de crítico literário). Líder nacional da Ação Católica e ligado ao pensamento neotomista de Jacques Maritain, Alceu também buscava imprimir suas ideias e orientações no movimento.

Souza atesta que

de um lado era o esforço para entender o mundo contemporâneo, repensar o problema da liberdade, da democracia e da participação social e de outro a atitude de rejeição a tudo o que era moderno e considerado anticristão (...) [do outro, o modelo da] velha cristandade medieval, sobre o qual [Plínio] Corrêa de Oliveira ensinava na Universidade. Frente a ela, Maritain, em seu livro *Humanismo Integral*, de 1936, falava da Nova Cristandade, numa sociedade pluralista. O conflito ideológico era profundo e irreconciliável. (SOUZA, 1984, p. 1984)

A publicação de *Em defesa da Ação Católica*, desse modo, demonstrava o ponto a que haviam chegado as divisões no meio católico referentes às novas ideias de apostolado e atuação, defendidas por Alceu de Amoroso Lima, e que vieram estampadas principalmente em sua obra de 1938, *Elementos de Ação Católica*. (LIMA, 1938) Não só Plínio e o *Legionário* levantavam barreiras contra as ideias de Jacques Maritain. Outros intelectuais publicavam artigos contra elas em variadas revistas católicas: Osório Lopes (*A União*), Antônio Guedes de Holanda (*A Cruz*), Mesquita Pimentel (*Vozes de Petrópolis*), padre Antonio Fernandes (*Fronteiras*). Mas a principal figura de reação antimaritainista no Brasil vinha do Rio de Janeiro, na figura do padre jesuíta Arlindo Vieira. (OLIVEIRA, 1976, p. 45)¹⁷

¹⁷ Num de seus artigos, o padre Arlindo Vieira citou um estudo que foi publicado por ele e outros no *O Legionário* de 31 de outubro de 1944, intitulado “A doutrina de Maritain e os documentos pontifícios”. De acordo com o padre, a reação de alguns meios católicos contra o artigo foi tão imediata que “viram logo em nosso trabalho um escandaloso e injusto ataque ao ‘maior filósofo católico de todos os tempos’”. A fim de se defender, o padre comparou Maritain a Lamennais, assim pronunciando: “todos se insurgiram indignados contra os primeiros que ousaram descobrir o veneno nas doutrinas do infeliz apostata”. Prossegue: “Como nós, são muitos os que pensam que ele vai se afastando cada vez mais do pensamento católico. Já não falamos de sua escandalosa atitude na questão da guerra civil da Espanha, a despeito das declarações dos Bispos espanhóis, da Santa Sé e do sentir quase unânime dos fiéis de todo o mundo que contemplavam edificadas a

Dessa forma, a grande ponta de lança que fez Plínio escrever a obra e caminhar deliberadamente contra qualquer ideia que porventura pudesse colocar a autoridade da Igreja e a desestabilização da ordem em xeque foi a chegada ao país das ideias que conquistaram muitos intelectuais e clérigos: as reflexões do francês Jacques Maritain, que foram vistas pelo ultramontano paulista como o início da infiltração esquerdista – como diz, na Igreja.

Plínio defendia a ideia de que a Igreja no Brasil, até 1948,¹⁸ teria sido inspirada pelo seguinte princípio: o comunismo é adversário da Igreja e o maior inimigo de todas as nações. Após esse ano, a Igreja brasileira, que, como visto, já sofria as influências maritainistas desde o final dos anos 1930, teria sofrido, de acordo com o líder ultramontano, o influxo da manobra da *politique de la main tendue*, como todo o Ocidente. Assim ele analisou:

O filósofo neoescolástico Jacques Maritain, então no auge de sua influência, apoia na França a *politique de la main tendue*. Esse gesto teria inevitável repercussão nos pequenos grupos de intelectuais e homens de ação aninhados nos “Centros Dom Vital”, os quais existiam então nas mais importantes cidades do Brasil. Sob a influência de Tristão de Athayde, presidente do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro, se constituiria aos poucos em todo o Brasil, frequentemente com apoio em Centros Dom Vital de outras cidades, uma agitada corrente de maritainistas. Todos ou quase todos curvaram disciplinadamente a cabeça e aderiram à *politique de la main tendue* quando começou a ser preconizada como novo oráculo, pelo intelectual francês. Contudo, muitos outros católicos previdentes, também intelectuais e homens de ação, dentro e fora dos Centros Dom Vital, nas Congregações Marianas e em outras organizações católicas, discordaram. Começou então nas revistas e jornais católicos uma ardorosa e inevitável polêmica que se alastraria rapidamente para temas filosóficos e teológicos mais conexos ou menos, em que também se dividiam maritainistas e não maritainistas. (OLIVEIRA, 1976, p. 44)

Plínio via essa nova orientação, principalmente depois de 1952, com a fundação da CNBB, “uma omissão completa, ou quase completa, ante a maré montante do esquerdismo-progressismo. E pelo favorecimento implícito ou explícito do prestígio pessoal e do programa de ação dos corifeus da corrente católica inovadora, cada vez mais

luta dos heroicos filhos da católica Espanha contra as hordas bolchevistas chefiadas pela maçonaria diabólica.” Esse trecho foi citado apenas para demonstrar a tônica que os debates ocorriam (VIEIRA, 1944, p. 104).

¹⁸ Como demonstra Pierucci, é certo que “a partir dos anos 50 a Igreja Católica no Brasil muda sua ‘estratégia de influencia’ (...) Esta mudança significaria, a médio prazo (...) ir ao encontro das aspirações populares (...) fechando-se desse modo o ciclo meramente defensivo ou de ofensiva puramente verbal” (PIERUCCI, 1984, p. 355).

em ascensão.” Acreditava como consequência dessa nova tendência a agonização que se apossou em todo o país das “imensas organizações católicas fundadas e recrutadas sob o signo da ortodoxia (e, portanto, do anticomunismo militante e do antiprogressismo potencial) das eras antigas”. (OLIVEIRA, 1976, p. 52)

Antes mesmo de 1948, Plínio e seus seguidores já haviam se envolvido com discussões polêmicas em torno das ideias de Maritain. Em outubro de 1943, iniciou-se uma polêmica com o grupo do jornal *O Diário de Belo Horizonte* em referência à obra do francês *Os direitos do homem e a lei natural*. Segundo Lima (1984), Alceu Amoroso foi um dos que nesse caso assumiram a defesa de Maritain dos ataques dos ultramontanos do *O Legionário*. As polêmicas acaloradas em torno do maritainismo arrastaram-se por décadas. Plínio via em Maritain e em seu tradutor e defensor brasileiro, Amoroso Lima, uma busca incessante para fazer a Igreja entrar em diálogo com a modernidade, aceitando algumas de suas premissas, irreconciliáveis com a perspectiva ultramontana.

Em abril de 1951, Tristão de Ataíde publicou um artigo no *O Diário* chamando a atenção para um texto que atacava as ideias de Maritain: “[a] *Revista Eclesiástica Brasileira*, tão respeitável e útil em si mesma, mas tão unilateral em suas posições filosófico-políticas, acaba de publicar mais um bestialógico contra os ‘maritainianos’ (...)”. (ATAÍDE, 1951) Tristão de Ataíde se esquivava ao debate com José Azeredo Santos, um dos homens próximos de Plínio, autor do bestialógico artigo (SANTOS, 1950) que versava sobre algumas divergências sobre as ideias de Maritain, e passa a resumir um capítulo da nova obra do francês, *O homem e o Estado*. Em maio de 1951, assim se refere Santos ao texto de Ataíde:

(...) antecipadas bordoadas àqueles que ousarem discordar do “mestre”
(...) Devem, portanto, Alceu de Amoroso Lima e demais maritainistas deste e do Velho Continente renunciar ao recurso de injuriar seus adversários no campo das ideias. Tanto mais que a terminologia usada por eles é rigorosamente a mesma usada pelos inimigos da Igreja. Reacionários, fanáticos, fixistas, agentes do Santo Ofício, clericais e ultramontanos, são opostos (sic) comuns que nos dirigem tanto os maritainistas quanto os livres pensadores tipo-1870 (...) Indo adiante em seu desespero ao verificar os entraves que a Igreja lhes oferece, dirigem também suas baterias contra os ultramontanos, isto é, contra os que procuram ser fiéis e leais servidores do Papa. Que maior título de glória pode ter o católico do que ser ultramontano, isto é, estar com o Santo Padre em todos os terrenos? (SANTOS, 1951)

Acredita-se que a obra de Maritain que causou o primeiro impacto sobre o catolicismo brasileiro foi o *Humanismo integral*. Ela, que foi publicada em 1936,

significava ousadia, vanguardismo, o que tínhamos de mais avançado no mundo católico (...) teve enorme repercussão no pensamento católico do Brasil. Foi um impacto. Foi um divisor de águas. Separou fundamente. Suscitou divergências terríveis. A partir daí, o pensamento católico brasileiro se diversifica: os maritainianos e os antimaritainianos. (VILLAÇA, 1975, p. 14)

As ideias de Maritain chegaram ao país via Alceu Amoroso Lima. Convertido ao catolicismo em 1928 e discípulo de Jackson de Figueiredo, com o qual correspondeu por anos, Alceu foi um dos principais líderes do laicato católico nas décadas de 1930 e 1940. Villaça (VILLAÇA, 1975, p. 13) aponta para o fato de que “se Jackson marcou profundamente a alma de Alceu, não lhe mudou a tendência liberal, que permaneceu intacta”.

Pode-se perceber, ao manusear algumas edições do final dos anos 1920 da revista *A Ordem*, que Alceu e Plínio estavam lado a lado, se não pelas semelhanças das ideias, pelo menos escrevendo para uma mesma revista, que tinha, por sua vez, uma linha de atuação marcada pelo ultramontanismo jacksoniano. Entretanto, com a influência de Maritain cada vez mais clara e forte no líder nacional da Ação Católica, Alceu e seus seguidores se tornaram alvos fáceis e constantes dos ultramontanos, especialmente de Plínio e de seus amigos.¹⁹

Em *Humanismo integral*, Maritain lançou as bases teóricas do que denominou a Nova Cristandade. O intelectual francês buscou na parte central de seu livro levantar as premissas do ideal histórico dessa nova cristandade. Tentando construir uma ponte entre o catolicismo e o mundo moderno, designava a nova cristandade como “um regime temporal ou uma era de civilização cuja forma animadora seria cristã e corresponderia ao clima histórico dos tempos em que entramos”. (MARITAIN, 1942, p. 128) Assim,

¹⁹ Assim diz Alceu, resumindo a influência de Maritain em seu pensamento e no Brasil: “Pouco antes de 1924 eu estava interessado em encontrar na revolução modernista uma marca de espiritualidade (...) Foi mais ou menos por esse tempo que tomei conhecimento de Jacques Maritain (...) em 1926 tomei conhecimento de *Primauté du Spirituel* (...) foi sobretudo depois que começou a se atenuar no meu espírito a força do pensamento tradicionalista de Jackson de Figueiredo que me voltei especialmente para Maritain (...) Para isso contribuiu muito a posição assumida por ele em face da guerra civil espanhola, em 1938. Foi aí que se me revelou a importância de Maritain como um autor que sociologicamente tinha alguma coisa a mais a dizer para lá das posições clássicas do Catolicismo em matéria de política social. A grande ruptura de Maritain com a direita francesa, a partir desse episódio, é que desencadearia contra ele, não só na França, na Espanha, em Portugal, como no Brasil e em vários países da América Latina, a campanha antimaritainiana (...) A influência de Maritain passou a ser em mim de novo tipo, uma influência caracterizada pela tendência democrática e liberalizante do pensamento católico, tido pelo direitismo como heterodoxo e até apóstata” (LIMA, 1973, p. 144). Cf. OLIVEIRA, 1983. Em junho de 1951, José de Azeredo Santos escreveu um artigo criticando a sua mudança: “De discípulo de Jackson de Figueiredo, passou o sr. Alceu de Amoroso Lima a discípulo de Jacques Maritain, o criador da ‘cidade fraternal’ que vem sendo justamente acoinhada de liberal e de socialista em seus fundamentos” (cf. SANTOS, 1951, p. 91).

Maritain (1942, p. 135) ao mesmo tempo perguntava e respondia: esta cristandade nova deveria

nas condições da era histórica em que entramos, encarnando os mesmos princípios (...), ser concebida segundo um tipo essencialmente (...) distinto daquele do mundo medieval? Respondemos afirmativamente (...) o ideal histórico de uma nova cristandade, de um novo regime temporal cristão, fundando-se nos mesmos princípios (...) que o da cristandade medieval, comportaria uma concepção profana cristã e não sacral cristão do temporal [e] (...) em lugar do predomínio da marcha para a unidade, que nos pareceu tão típica para a idade média (...) ter-se-ia uma volta a uma estrutura orgânica que implique certo pluralismo, uma cidade pluralista, que reúne em sua unidade orgânica uma diversidade de grupos e de estruturas sociais que encarnam liberdades positivas. (MARITAIN, 1942, p. 156)

Jacques Maritain defendia uma sociedade cristã democrática, assumindo assim posições políticas modernas, principalmente um certo pluralismo de princípio, o que era inviável e extremamente condenável para um católico, de acordo com as ideias ultramontanas de Plínio Corrêa.²⁰

Fica claro que Plínio tinha, como todo ultramontano, a Idade Média como paradigma de ideal católico, percebendo que, mesmo mudando os tempos, os católicos deveriam lutar por aquele ideal de Estado, no qual o poder político estaria ligado ao religioso e não fosse possível qualquer tipo de convivência entre diferentes. Dessa forma, sua visão de reino social de Cristo não aceitava os postulados maritainianos, mas sim a vinculava ao modelo medieval, que não deveria ser copiado, mas imitado, além de servir como inspiração pra ela.

Desde o início de sua atuação nos meios católicos, Plínio foi apegando-se cada vez mais aos ideais da Igreja ultramontana e, conseqüentemente, organizando suas ideias

²⁰ Da seguinte forma Plínio pensava a questão: “Tudo quanto nela [Idade Média] foi inspiração dos princípios católicos, devemos desejar vê-lo revigorado no mundo inteiro. Mas o que foi circunstancial pode mudar. Como distinguir o essencial do circunstancial? (...) deve fazer-se com muita prudência, muito tacto, muito amor à Igreja. E muita desconfiança de que nos influenciem os erros tão pertinazes, tão aliciantes, de nosso século. (...) A Igreja ensina ser obrigação do Estado professar a Religião Católica oficialmente, e organizar-se segundo os ditames do Evangelho. Na Idade Média, os Estados cristãos cumpriram este dever. O mesmo ideal continua a ser o de todos os católicos... *não maritainizados* (...) Mas isto não quer dizer que muitos dos pormenores concretos dessa união – estilos e protocolos, por exemplo – não mudem conforme os tempos e lugares (...) Se pois os católicos podem e devem inspirar-se no passado, é para imitá-lo, e não para o copiar servilmente (...) A própria Idade Média tomou inspiração em épocas e culturas anteriores (...) o que significa que tomou elementos culturais contingentes, para fazer sua grande obra. De onde decorre que, embora ela tenha sido uma cultura católica, outras culturas católicas são possíveis, igualmente fiéis ao espírito da Igreja, mas alimentadas de seivas diferentes” (OLIVEIRA, 1956, grifo do autor).

seguindo aquele paradigma. Desse modo, percebendo a história moderna como uma grande apostasia e seus porta-vozes como organizadores da luta contra as hostes católicas, Plínio buscava desenvolver sua própria compreensão frente aos fatos. Compreensão que levou a esperança de que, da revolução dos ímpios e da marca contrarrevolucionária dos católicos, nasceria sobre os escombros do mundo moderno “a Paz de Cristo no Reino de Cristo”.

REFERÊNCIAS

- ATAÍDE, Tristão de. Fins e meios políticos. *O Diário*, 22 abr. 1951.
- BASTIDE, Roger. Religion and the Church in Brazil. In: SMITH, T. L.; MARCHANT, A. (Eds.). *Brazil, portrait of half a Continent*. New York, 1951. Apud DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1984. t. III, p. 273-41.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- FLAKSMAN, D.; KORNIS, M. Ação Católica Brasileira. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense Universitária/FGV/CPDOC, 1984. v. 1.
- IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo. In: _____. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Elementos de Ação Católica*. Rio de Janeiro: ABC, 1938.
- LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira: um cruzado do século XX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- MARITAIN, Jacques. *Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã*. São Paulo: Nacional, 1942.
- MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Civilização, 1997.
- NOGUEIRA, Hamilton. *Jackson de Figueiredo*. São Paulo: Loyola, 1976.
- OLIVEIRA, Admarco Serafim de. A influência de Maritain no pensamento de Alceu Amoroso Lima. *A Ordem*, v. 78, n. 1-4, jan./dez. 1983.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: apelo aos bispos silenciosos*. São Paulo: Vera Cruz, 1976.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Em defesa da Ação Católica*. São Paulo: Ave Maria, 1943.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Fidelidade ao passado e liberdade de ação para o futuro. *Catolicismo*, n. 61, jan. 1956.

- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Moderação, moderação: slogan que enche o Ocidente. *Catolicismo*, n. 38, fev. 1954a.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Moderação, o grande exagero de nosso século. *Catolicismo*, n. 39, mar. 1954b.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. O que é tolerância. *Catolicismo*, n. 75, mar. 1957.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, n. 3, p. 117-27, jun. 2002.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. A Igreja católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, 1984. t. III, p. 345-80.
- POULAT, E. *Histoire, dogme et critique dans la Crise Moderniste*. Tournai: Casterman, 1962.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.
- ROMMEN, H. A. *O Estado no pensamento católico*. São Paulo: Paulínias, 1967.
- SANTOS, José de Azeredo. Maritain e os fanáticos. *Catolicismo*, n. 5, maio 1951.
- SANTOS, José de Azeredo. O rolo compressor totalitário e a responsabilidade dos católicos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 10, fasc. 4, dez. 1950.
- SANTOS, José de Azeredo. Ocaso de um líder. *Catolicismo*, n. 6, jun. 1951.
- SILVA, José Ariovaldo da. *O movimento litúrgico no Brasil: estudo histórico*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. Ação Católica Brasileira: o despertar da consciência histórica na preparação de Medellín. In: SCHÜHLY, P. Gunther; KÖNIG, Hans-Joachim; SCHNEIDER, José Odelso (Pe.) (Org.). *Consciência social: a história de um processo através da doutrina social da Igreja*. São Leopoldo: Unisinos, 1984.
- VIEIRA, Arlindo (Pe.). Jacques Maritain e sua obra. In: ALBUQUERQUE Artur de (Dir.). *Estudos sobre Jacques Maritain*. Recife: Fábrica Beija-Flor, 1944.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTE

Jornal *O Catolicismo*.